

ÍNDICE SISTEMÁTICO

CÓDIGO CIVIL: PARTE GERAL

Capítulo 1 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	3
1.1. Estrutura do Decreto-Lei n. 4.657/1942	3
1.2. Conceito da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LIN-DB).....	3
1.3. Direito objetivo e direito subjetivo	3
1.4. Fontes do Direito	4
1.4.1. Existência ou inexistência de lacuna na lei	5
1.5. Vigência da lei.....	7
1.6. Eficácia das leis.....	9
1.7. Revogação e derrogação da lei.....	10
1.8. Repristinação.....	11
1.9. Integração ou colmatação da lei.....	13
1.10. Aplicação e interpretação das normas jurídicas	17
1.11. Conflito das leis no tempo.....	21
1.12. Direito internacional privado	24
1.13. Segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público ...	28
1.14. Fluxograma 1 e fluxograma de súmulas.....	33
Breve suma	35
Capítulo 2 – Das Pessoas.....	37
2.1. Das pessoas naturais: da personalidade e da capacidade.....	37
2.1.1. Personalidade	37
2.1.1.1. Momento de aquisição da personalidade jurídica ...	38
2.1.1.2. Registro civil das pessoas naturais	47
2.1.2. Capacidade.....	47
2.1.2.1. Capacidade de direito, de gozo ou jurídica	48

2.1.2.2.	Capacidade de fato, de exercício ou de ação	48
2.1.2.3.	Capacidade plena.....	48
2.1.3.	Da incapacidade	49
2.1.3.1.	Os absolutamente incapazes	51
2.1.3.2.	Os relativamente incapazes	59
2.1.3.3.	Questões processuais.....	62
2.1.4.	Emancipação.....	63
2.1.5.	Extinção da pessoa física	66
2.1.6.	Comoriência	69
2.2.	Direitos da personalidade	70
2.2.1.	Teoria do direito da personalidade.....	70
2.2.2.	A tutela dos direitos da personalidade	76
2.2.3.	O direito fundamental da identidade.....	87
2.2.3.1.	Nome civil.....	87
2.2.4.	A proteção do nome.....	93
2.2.5.	Da proteção da imagem	95
2.2.6.	Proteção da privacidade da pessoa natural	105
2.3.	Da ausência	108
2.3.1.	A morte presumida com a declaração de ausência (diferente da regra do art. 7º do Código Civil de 2002)	108
2.4.	Fluxograma 2.....	112
	Breve suma	116
Capítulo 3 – Pessoas Jurídicas.....		117
3.1.	Personalidade	137
3.2.	Espécies.....	147
3.2.1.	Associações.....	152
3.2.2.	Sociedades.....	155
3.2.3.	Fundações	157
3.2.4.	Organizações religiosas e partidos políticos.....	160
3.2.5.	Empreendimentos de economia solidária	160
3.2.6.	Sociedades de economia mista.....	161
3.2.7.	Empresas públicas.....	161
3.2.8.	Serviços sociais autônomos.....	161
3.3.	Responsabilidade civil da pessoa jurídica	162
3.3.1.	A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno	162
3.3.2.	Representação.....	163
3.4.	Extinção da pessoa jurídica	163
3.5.	Entes ou grupos despersonalizados	164
3.6.	Fluxograma 3.....	165
	Breve suma	167

Capítulo 4 – Domicílio.....	169
4.1. Fluxograma 4.....	173
Breve suma	174
Capítulo 5 – Bens	175
5.1. Classificação dos bens.....	176
5.1.1. Bens considerados em si mesmos.....	179
5.1.1.1. Dos bens imóveis.....	179
5.1.1.1.1. Bem de família.....	180
5.1.1.1.1.1. O bem de família de acordo com a jurisprudência	181
5.1.1.2. Dos bens móveis.....	192
5.1.1.3. Dos bens fungíveis e consumíveis	193
5.1.1.4. Dos bens divisíveis.....	193
5.1.1.5. Dos bens singulares e coletivos	194
5.1.2. Dos bens reciprocamente considerados	195
5.2. Dos bens públicos	201
5.3. Fluxograma 5.....	206
Breve suma	210
Capítulo 6 – Fatos Jurídicos, Ato Jurídico, Negócio Jurídico	211
6.1. Explicação sobre a classificação dos fatos jurídicos	212
6.1.1. Validade do negócio jurídico.....	214
6.1.2. Elementos essenciais do negócio jurídico.....	215
6.2. Da representação.....	221
6.3. Elementos accidentais: condição, termo e encargo.....	222
6.3.1. Condição	222
6.3.2. Termo	225
6.3.3. Encargo ou modo.....	226
6.4. Vícios do negócio jurídico	227
6.4.1. Dos vícios de consentimento	227
6.4.1.1. Erro.....	227
6.4.1.2. Dolo.....	231
6.4.1.3. Coação	232
6.4.1.4. Estado de perigo.....	235
6.4.1.5. Da lesão	237
6.4.2. Dos vícios sociais.....	239
6.4.2.1. Fraude contra credores	239
6.4.2.2. Simulação.....	243
6.5. Invalidade do negócio jurídico	246
6.6. Fluxograma 6.....	249
Breve suma	253

Capítulo 7 – Da Prescrição e da Decadência.....	255
7.1. Prescrição	255
7.1.1. Da Prescrição Intercorrente	279
7.2. Direito intertemporal. Prescrição e decadência. Aplicação às hipóteses de redução e aumento de prazos.....	284
7.3. Decadência.....	285
7.4. Fluxograma 7.....	289
Breve suma	290
Capítulo 8 – Da Prova.....	291
8.1. Dos meios de prova.....	291
8.2. Da confissão	291
8.3. Dos documentos.....	292
8.4. Da testemunha	295
8.5. Da Perícia	296
8.6. Fluxograma 8.....	297
Breve suma	298

CÓDIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL

Capítulo 9 – Direito das Obrigações.....	301
9.1. Conceito	301
9.2. Elementos da relação obrigacional.....	301
9.3. Obrigação de pagamento de dívida prescrita	302
9.4. Obrigação de pagamento de dívida de jogo	302
9.5. Fontes das obrigações	304
9.6. Características das obrigações	304
9.7. Classificação das obrigações.....	304
9.7.1. Obrigação civil e natural	304
9.7.2. Obrigação <i>propter rem</i> (por causa do bem).....	305
9.7.3. Obrigação de meio	309
9.7.4. Obrigação de resultado.....	309
9.7.5. Obrigações de garantia	310
9.7.6. Obrigações puras, condicionais, a termo e modais	311
9.7.7. Obrigação de dar.....	311
9.7.7.1. Coisa certa.....	311
9.7.7.2. Coisa incerta.....	315
9.7.8. Obrigação de fazer.....	316
9.7.8.1. Diferenças entre obrigações de fazer fungíveis e infungíveis.....	317

9.7.9.	Obrigações de não fazer	317
9.7.10.	Obrigações cumulativa ou conjuntiva.....	318
9.7.11.	Obrigações alternativa e facultativa	318
9.7.11.1.	Inadimplemento da obrigação alternativa.....	320
9.7.12.	Obrigações divisíveis e indivisíveis	321
9.7.12.1.	A regra do <i>cuncursu partes fiunt</i> na obrigação divisível	321
9.7.12.1.1.	Espécies de divisibilidade.....	322
9.7.12.1.2.	Espécies de indivisibilidade	322
9.7.13.	Obrigações solidárias	323
9.7.13.1.	Da solidariedade ativa.....	325
9.7.13.2.	Da solidariedade passiva	327
9.7.13.3.	Da obrigação solidária mista	329
9.8.	Da transmissão das obrigações	329
9.8.1.	Da cessão de crédito.....	330
9.8.2.	Da assunção de dívida (cessão de débito).....	332
9.8.3.	Da cessão de contrato	334
9.9.	Do adimplemento das obrigações.....	335
9.9.1.	Efeito principal do pagamento ou adimplemento.....	336
9.9.2.	Modalidades.....	337
9.9.3.	Natureza jurídica do pagamento	337
9.9.4.	Requisitos de validade do pagamento	337
9.9.5.	Daqueles a quem se deve pagar	338
9.9.6.	O objeto e a prova do pagamento.....	339
9.9.7.	Elementos para a quitação.....	342
9.9.8.	Lugar do pagamento.....	343
9.9.9.	Tempo do pagamento.....	344
9.10.	Formas especiais/indireto de pagamento	345
9.10.1.	Pagamento em consignação	345
9.10.2.	Pagamento com sub-rogação	348
9.10.3.	Imputação do pagamento	351
9.10.4.	Dação em pagamento.....	352
9.10.4.1.	Requisitos para a dação	353
9.11.	Da extinção das obrigações sem a ocorrência do pagamento	354
9.11.1.	Novação	354
9.11.1.1.	Requisitos.....	355
9.11.1.2.	Espécies	355
9.11.2.	Compensação	357
9.11.2.1.	Pressupostos da compensação	357
9.11.2.2.	Espécies.....	358

9.11.3.	Confusão.....	359
9.11.4.	Remissão das dívidas	360
9.12.	Outros casos da extinção da obrigação sem o pagamento.....	360
9.13.	Contratos típicos que geram a extinção das obrigações.....	361
9.13.1.	Transação	361
9.13.2.	Compromisso.....	362
9.14.	Do inadimplemento das obrigações	362
9.14.1.	Da mora	365
9.14.2.	Dos juros legais	371
9.14.3.	Da cláusula penal	377
9.14.3.1.	Cláusula penal compensatória	378
9.14.3.2.	Cláusula penal moratória.....	378
9.14.3.3.	Limitação da cláusula penal	381
9.15.	Das arras ou sinal.....	384
9.15.1.	Espécies.....	384
9.15.1.1.	Arras confirmatórias.....	384
9.15.1.2.	Arras penitenciais.....	387
9.15.1.3.	Arras assecuratórias	392
9.16.	Fluxograma 9.....	393
	Breve suma	394

Capítulo 10 – Teoria Geral dos Contratos..... 395

10.1.	Conceito	395
10.2.	Elementos do contrato	395
10.3.	Requisitos de validade	395
10.4.	Classificação	396
10.5.	Princípios contratuais.....	399
10.5.1.	Princípio da autonomia privada	399
10.5.2.	Princípio da obrigatoriedade da convenção (<i>pacta sunt servanda</i>)	403
10.5.3.	Princípio da relatividade dos efeitos dos contratos	404
10.5.4.	Princípio da função social	405
10.5.4.1.	Eficácias interna e externa.....	408
10.5.5.	Princípio da boa-fé.....	409
10.5.5.1.	Funções tríplice da boa-fé.....	414
10.5.5.2.	Figuras parcelares.....	415
10.5.5.2.1.	<i>Venire contra factum proprium</i>	415
10.5.5.2.2.	<i>Supressio</i>	421
10.5.5.2.3.	<i>Surrectio</i>	422
10.5.5.2.4.	<i>Tu quoque</i>	423

10.5.5.2.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i>	426
10.5.5.2.6.	Adimplemento substancial.....	428
10.5.6.	Princípio da interpretação mais favorável ao aderente	435
10.5.7.	Tópicos relevantes	445
10.5.7.1.	A nulidade de cláusula que renuncie antecipadamente ao direito da parte.....	445
10.5.7.2.	A licitude de realizações de contratos atípicos	445
10.5.7.3.	A proibição da <i>pacta corvina</i>	446
10.5.7.4.	Diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público	448
10.6.	Formação dos contratos no Código Civil	449
10.6.1.	Negociações preliminares ou fase de pontuação ou tratativas....	449
10.6.2.	Fase de proposta	449
10.6.3.	Contrato preliminar.....	451
10.6.4.	Contrato definitivo	453
10.7.	Formação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor.....	453
10.8.	A via eletrônica. Um contrato entre presentes ou ausentes?	459
10.9.	Da estipulação em favor de terceiro.....	464
10.10.	Da promessa de fato de terceiro	465
10.11.	Do contrato com pessoa a declarar.....	466
10.12.	Vícios redibitórios.....	467
10.13.	Evicção	472
10.13.1.	Partes na evicção.....	473
10.13.2.	Evicção de coisa adquirida em hasta pública	474
10.14.	Contratos aleatórios	479
10.15.	Extinção do contrato	480
10.15.1.	Distrato.....	480
10.15.2.	Cláusula resolutiva	482
10.15.3.	Exceção de contrato não cumprido.....	483
10.15.4.	Onerosidade excessiva	485
10.16.	Fluxograma 10.....	492
10.16.1.	Fluxograma 10-A	493
	Breve suma	495
Capítulo 11 – Contratos em Espécie.....		497
11.1.	Compra e venda	497
11.1.1.	Conceito	497
11.1.2.	Natureza jurídica	498
11.1.3.	Elementos constitutivos	499
11.1.4.	As despesas e riscos do contrato	501

11.1.5.	Restrições à compra e venda	502
11.1.6.	Regras especiais da compra e venda.....	505
11.1.7.	Cláusulas especiais ou pactos adjetos	509
11.1.8.	Fluxograma 11.....	515
11.2.	Troca ou permuta	516
11.2.1.	Conceito	516
11.2.2.	Natureza jurídica	516
11.2.3.	Fluxograma 11-A.....	518
11.3.	Contrato estimatório.....	519
11.3.1.	Conceito	519
11.3.2.	Natureza jurídica	519
11.3.3.	Efeitos e regras.....	519
11.3.4.	Fluxograma 11-B.....	520
11.4.	Doação.....	521
11.4.1.	Conceito	521
11.4.2.	Natureza jurídica	521
11.4.3.	Espécies de doação	522
11.4.4.	Revogação da doação.....	528
11.4.5.	Hipóteses de irrevogabilidade por ingratidão	529
11.4.6.	Fluxograma 11-C.....	530
11.5.	Locação de coisas.....	532
11.5.1.	Conceito	532
11.5.2.	Natureza jurídica	532
11.5.3.	Pressupostos	532
11.5.4.	Dos deveres do locador	533
11.5.5.	O direito potestativo da redução proporcional do aluguel ou a resolução do contrato	533
11.5.6.	Dos deveres do locatário	534
11.5.7.	Locação por prazo determinado	535
11.5.8.	Aluguel pena.....	535
11.5.9.	A aquisição do bem por terceiro e a cláusula de vigência.....	536
11.5.10.	A sucessão na locação.....	536
11.5.11.	Indenização pelas benfeitorias.....	537
11.5.12.	A locação na Lei n. 8.245/91	537
11.5.12.1.	Ações inquilinárias ou locatícias	544
11.5.12.1.1.	Conceito	544
11.5.12.1.2.	Lei do Inquilinato: aspectos gerais.....	545
11.5.12.1.3.	Espécies.....	546
11.5.12.1.3.1.	Ação de despejo	546

11.5.12.1.3.2.	Ação consignatória de aluguéis e acessórios na locação	554
11.5.12.1.3.3.	Ação revisional de aluguel.....	558
11.5.12.1.3.4.	Ação renovatória de contrato	566
11.5.13.	Fluxograma 11-D	570
11.5.13.1.	Fluxograma 11-E	571
11.6.	Empréstimo.....	575
11.6.1.	Aspectos gerais.....	575
11.6.2.	Do comodato (empréstimo de uso)	575
11.6.2.1.	Conceito	575
11.6.2.2.	Natureza jurídica	575
11.6.2.3.	Legitimação para celebrar o contrato	576
11.6.2.4.	Prazo determinado e indeterminado.....	576
11.6.2.5.	Obrigações do comodatário e o chamado aluguel pena	576
11.6.2.6.	Responsabilidade do comodatário	577
11.6.2.7.	Despesas do contrato.....	577
11.6.2.8.	A solidariedade no contrato	578
11.6.3.	Do mútuo (empréstimo de consumo).....	578
11.6.3.1.	Conceito	578
11.6.3.2.	Natureza jurídica	578
11.6.3.3.	A transferência da coisa.....	578
11.6.3.4.	Mútuo feito a pessoa menor	579
11.6.3.5.	A garantia no mútuo e a <i>exceptio non rite adimpleti contractus</i>	579
11.6.3.6.	O mútuo feneratício ou mercantil e a limitação de juros.....	579
11.6.3.7.	Prazo para a realização do pagamento do mútuo ...	582
11.6.4.	Fluxograma 11-F	583
11.7.	Da prestação de serviço.....	585
11.7.1.	Conceito	585
11.7.2.	Natureza jurídica	585
11.7.3.	Objeto do contrato.....	586
11.7.4.	A remuneração (a não presunção de gratuidade).....	586
11.7.5.	Prazo máximo de duração do contrato	586
11.7.6.	Resilição do contrato	587
11.7.7.	Inexecução do contrato.....	587
11.7.8.	Amplitude do contrato.....	587
11.7.9.	Responsabilidade pela ruptura culposa do contrato.....	587
11.7.10.	Perdas e danos	588

11.7.11.	A declaração formal da dissolução do contrato.....	589
11.7.12.	Exigência de capacitação.....	589
11.7.13.	Formas de extinção do contrato.....	589
11.7.14.	Aliciamento do prestador de serviço	590
11.7.15.	Alienação do prédio agrícola e suas consequências	592
11.7.16.	Fluxograma 11-G.....	593
11.8.	Empreitada.....	595
11.8.1.	Conceito	595
11.8.2.	Natureza jurídica	595
11.8.3.	Espécies.....	595
11.8.4.	Deveres e direitos do dono da obra.....	597
11.8.5.	Responsabilidade do empreiteiro	598
11.8.6.	Subempreitada. O que é?	600
11.8.7.	Fluxograma 11-H	602
11.9.	Depósito	603
11.9.1.	Conceito	603
11.9.2.	Natureza jurídica	603
11.9.3.	Modalidades.....	604
11.9.4.	Direitos e deveres do depositário	605
11.9.5.	Direitos e deveres do depositante.....	605
11.9.6.	Da prisão do depositário infiel.....	605
11.9.7.	Extinção do depósito.....	605
11.9.8.	Fluxograma 11-I	606
11.10.	Do mandato	607
11.10.1.	Conceito	607
11.10.2.	Natureza jurídica	607
11.10.3.	Espécies.....	608
11.10.4.	Submandato	610
11.10.5.	Obrigações do mandatário.....	610
11.10.6.	Obrigações do mandante.....	612
11.10.7.	Extinção do contrato	613
11.10.8.	Fluxograma 11-J	615
11.11.	Contrato de comissão.....	616
11.11.1.	Conceito	616
11.11.2.	Natureza jurídica	616
11.11.3.	Espécies.....	616
11.11.4.	Obrigações do comissário.....	617
11.11.5.	Remuneração	618
11.11.6.	Fluxograma 11-K.....	619
11.12.	Contrato de agência e distribuição.....	620

11.12.1.	Conceito	620
11.12.2.	Natureza jurídica	620
11.12.3.	Obrigação e Remuneração do agente ou distribuidor.....	620
11.12.4.	Extinção do contrato	621
11.12.5.	Fluxograma 11-L	622
11.13.	Contrato de corretagem.....	623
11.13.1.	Conceito	623
11.13.2.	Natureza Jurídica	623
11.13.3.	Espécies.....	624
11.13.4.	Obrigações e remuneração do corretor.....	624
11.13.5.	Fluxograma 11-M.....	630
11.14.	Contrato de transporte.....	631
11.14.1.	Conceito	631
11.14.2.	Natureza jurídica	631
11.14.3.	Regras do contrato de transporte	632
11.14.4.	O transporte de pessoas	638
11.14.5.	Do transporte de coisas.....	643
11.14.6.	Fluxogramas 11-N e 11-O.....	647
11.15.	Contrato de seguro.....	650
11.15.1.	Conceito e a sua função de socializar riscos	650
11.15.2.	Natureza jurídica	650
11.15.3.	Regras do contrato	651
11.15.4.	Do seguro de dano.....	667
11.15.5.	Do seguro de pessoa.....	672
11.15.6.	Fluxograma 11-P	700
11.16.	Contrato de fiança.....	702
11.16.1.	Conceito	702
11.16.2.	Natureza jurídica	703
11.16.3.	Seus efeitos e regras.....	705
11.16.4.	Extinção da fiança	709
11.16.5.	Fluxograma 11-Q	713
11.17.	Contrato de transação	715
11.17.1.	Conceito	715
11.17.2.	Natureza Jurídica	715
11.17.3.	Espécies.....	715
11.17.4.	Efeitos	715
11.17.5.	Fluxograma 11-R.....	717
11.18.	Contrato de compromisso	718
11.18.1.	Conceito	718
11.18.2.	Natureza Jurídica e Espécies.....	718

11.18.3. Fluxograma 11-S.....	719
11.19. Contrato de administração fiduciária de garantias	720
Breve suma	722
Capítulo 12 – Da Responsabilidade Civil.....	727
12.1. Conceito	727
12.2. Pressupostos	727
12.2.1. Ato ilícito.....	727
12.2.1.1. Espécies.....	728
12.2.2. Culpa	729
12.2.2.1. Espécies de culpa <i>stricto sensu</i>	729
12.2.3. Dano.....	734
12.2.3.1. Espécies.....	734
12.2.3.1.1. Dano material.....	734
12.2.3.1.1.1. Dano emergente e lucro cessante.....	734
12.2.3.1.2. Perda de uma chance	736
12.2.3.1.3. Dano incerto	738
12.2.3.1.4. Dano material futuro	738
12.2.3.1.5. Dano moral	738
12.2.3.1.5.1. Formas de fixação.....	744
12.2.3.1.5.1.1. Compensatória.....	744
12.2.3.1.5.1.2. Punitiva.....	745
12.2.3.1.5.1.2.1. <i>Punitive damages</i>	745
12.2.3.1.5.2. Dano moral direto e o indireto ou ricochete	750
12.2.3.1.5.3. Dano moral à pessoa jurídica	754
12.2.3.1.5.4. Dano moral e a Súmula n. 385 do STJ	756
12.2.3.1.5.5. A não possibilidade de incidência de Imposto de Renda.....	764
12.2.3.1.5.6. Dano moral coletivo e social. Diferen- ças. Posicionamento da jurisprudência do STJ.....	764
12.2.3.1.5.7. Prova do dano moral	774
12.2.3.1.5.8. A quantificação dos danos morais.....	783
12.2.3.1.6. Dano estético e sua natureza extrapatrimo- nial.....	786
12.2.4. Nexo causal.....	789
12.2.4.1. Concorrências de causas	793
12.3. O risco.....	794

12.4.	Responsabilidade por ato próprio.....	811
12.5.	Responsabilidade por ato de outrem ou responsabilidade indireta.....	816
12.5.1.	Independência das responsabilidades civil e criminal.....	830
12.6.	Responsabilidade por fato da coisa ou do animal	833
12.7.	Responsabilidade nas relações de família.....	836
12.8.	Responsabilidade do transportador.....	840
12.8.1.	Responsabilidade pelas pessoas e bagagens.....	841
12.8.2.	Excludentes de responsabilidade	843
12.9.	Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.....	845
12.9.1.	Elementos	845
12.9.1.1.	Elementos subjetivos.....	846
12.9.1.1.1.	Consumidor.....	846
12.9.1.1.2.	Consumidor equiparado	850
12.9.1.1.3.	Fornecedor.....	850
12.9.1.2.	Elementos objetivos da relação de consumo	853
12.9.2.	Modalidades de responsabilidade civil.....	854
12.9.2.1.	A ocorrência do vício do produto e do serviço	854
12.9.2.2.	A ocorrência de fato do produto e do serviço.....	862
12.9.3.	Inversão do ônus da prova	876
12.9.4.	Juízo competente para a propositura da ação indenizatória por fato e por vício.....	879
12.10.	Responsabilidade civil do Estado.....	881
12.10.1.	Denúnciação da lide. Possibilidade ou não?.....	884
12.11.	Responsabilidade civil por danos ambientais.....	909
12.12.	Excludentes de ilicitude e excludentes de responsabilidade.....	913
12.12.1.	Estado de necessidade.....	913
12.12.2.	Legítima defesa	914
12.12.3.	Exercício regular do direito	914
12.12.4.	Caso fortuito e força maior.....	915
12.12.5.	Culpa exclusiva da vítima.....	925
12.12.6.	Fato de terceiro.....	925
12.12.7.	Cláusula de não indenizar	927
12.13.	Fluxograma 12.....	929
	Breve suma	931

Capítulo 13 – Direito das Coisas..... 933

13.1.	Direitos reais.....	933
13.1.1.	Teorias.....	933
13.1.2.	Princípios que regem os direitos reais	934
13.2.	Posse	936

13.2.1.	Teorias.....	936
13.2.2.	Detenção.....	939
13.2.3.	Diferença da transmudação para a interversão da posse.....	941
13.2.4.	Composse ou compossessão.....	943
13.2.5.	Espécies de posse.....	944
13.2.6.	Aquisição e perda da posse.....	949
13.2.6.1.	Modos de aquisição.....	949
13.2.6.2.	Quem pode adquirir a posse.....	950
13.2.6.3.	Sucessão hereditária	951
13.2.6.4.	Perda da posse	952
13.2.7.	Efeitos da posse	953
13.2.7.1.	A proteção possessória	954
13.2.7.1.1.	Legítima defesa ou desforço imediato	954
13.2.7.1.2.	Ações possessórias: manutenção de posse; reintegração de posse; interdito proibitório.....	955
13.2.7.1.2.1.	Da manutenção e da reintegração de posse	956
13.2.7.1.2.1.1.	Requisitos	956
13.2.7.1.2.2.	O interdito proibitório.....	958
13.2.7.1.2.2.1.	Requisitos	958
13.2.7.1.2.3.	A possibilidade de outros interditos possessórios.....	958
13.2.7.1.3.	Aspectos relevantes das ações possessórias.....	961
13.2.7.2.	A percepção dos frutos.....	969
13.2.7.3.	A responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	970
13.2.7.4.	A indenização pelas benfeitorias e o direito de retenção	970
13.3.	Da propriedade.....	972
13.3.1.	Características do direito de propriedade.....	974
13.3.2.	Função social do direito de propriedade.....	975
13.3.3.	Fundamento jurídico do direito de propriedade.....	978
13.3.4.	Extensão da propriedade.....	978
13.3.5.	Limitações da propriedade.....	979
13.3.6.	Da descoberta.....	979
13.3.7.	Aquisição da propriedade imóvel.....	979
13.3.7.1.	A Usucapião.....	980
13.3.7.1.1.	Espécies.....	986
13.3.7.2.	Aquisição pelo registro imobiliário	1002
13.3.7.3.	Acessão.....	1003

13.3.7.4.	Direito hereditário	1005
13.3.8.	Aquisição da propriedade móvel.....	1005
13.3.8.1.	Usucapião.....	1005
13.3.8.2.	Ocupação.....	1006
13.3.8.3.	Achado de tesouro.....	1006
13.3.8.4.	Tradição	1006
13.3.8.4.1.	Espécies.....	1007
13.3.8.5.	A venda a <i>non domino</i>	1007
13.3.8.6.	Direito hereditário	1007
13.3.8.7.	Especificação	1007
13.3.8.8.	Confusão, comistão e adjunção.....	1008
13.3.9.	Perda da propriedade.....	1008
13.4.	Direitos de vizinhança	1013
13.4.1.	Natureza jurídica do direito	1013
13.4.2.	Os direitos em si	1014
13.4.2.1.	Do uso anormal da propriedade	1014
13.4.2.2.	Das árvores limítrofes.....	1016
13.4.2.3.	Da passagem forçada	1016
13.4.2.4.	Da passagem de cabos e tubulações	1017
13.4.2.5.	Das águas.....	1018
13.4.2.6.	Dos limites entre os prédios e do direito de tapagem	1022
13.4.2.7.	Do direito de construir	1023
13.5.	Do condomínio geral	1026
13.5.1.	Espécies disciplinadas no Código Civil.....	1026
13.5.2.	Quanto à origem.....	1027
13.5.3.	Quanto à forma.....	1027
13.5.4.	Quanto ao objeto	1027
13.5.5.	Direitos e deveres dos condôminos	1027
13.5.6.	Extinção do condomínio	1028
13.5.7.	Administração do condomínio	1029
13.5.8.	Do condomínio necessário	1029
13.6.	Do condomínio edilício	1029
13.6.1.	Natureza jurídica	1029
13.6.2.	Característica.....	1030
13.6.3.	Instituição do condomínio	1030
13.6.4.	Constituição do condomínio.....	1030
13.6.5.	Condômino nocivo e a disposição legal.....	1041
13.6.6.	Estrutura interna do condomínio.....	1043
13.6.7.	Administração do condomínio	1043

13.7. Condomínio de lotes, Loteamento de Acesso Controlado e Condomínio urbano Simples.....	1054
13.8. Condomínio em multipropriedade (arts. 1.358-B a 1.358-U do CC).....	1061
13.9. Da propriedade resolúvel (análise da propriedade <i>ad tempus</i>).....	1068
13.10. Da propriedade fiduciária.....	1069
13.10.1. Direitos e obrigações do fiduciante.....	1070
13.10.2. Obrigações do credor fiduciário.....	1072
13.10.3. Procedimento.....	1072
13.10.4. Aplicação do art. 53 do Código de Defesa do Consumidor. Cláusula de decaimento.....	1073
13.10.5. Vedação do pacto comissório.....	1074
13.11. Do fundo de investimento (arts. 1.368-C a 1.368-F, do CC).....	1080
13.12. Da propriedade aparente.....	1083
13.13. Direitos reais limitados.....	1084
13.13.1. Da superfície.....	1084
13.13.1.1. Extinção do direito de superfície.....	1086
13.13.2. Da servidão.....	1086
13.13.2.1. Características.....	1088
13.13.2.2. Espécies.....	1089
13.13.2.3. Do exercício das servidões.....	1090
13.13.2.4. Extinção das servidões.....	1092
13.13.3. Do usufruto.....	1092
13.13.3.1. Diferenças para outros institutos.....	1094
13.13.3.2. Espécies.....	1094
13.13.3.3. Dos direitos do usufrutuário.....	1095
13.13.3.4. Dos deveres do usufrutuário.....	1096
13.13.3.5. Extinção do usufruto.....	1098
13.13.4. Do uso.....	1100
13.13.5. Da habitação.....	1104
13.13.5.1. Espécies de direito real de habitação.....	1105
13.13.6. Direito do promitente comprador.....	1107
13.13.6.1. Extinção do compromisso.....	1110
13.13.7. Da enfiteuse.....	1110
13.13.7.1. Extinção.....	1112
13.14. Direitos reais de garantia sobre coisa alheia.....	1112
13.14.1. Os direitos reais de garantia apresentados pelo Código Civil.....	1114
13.14.1.1. Requisitos de validade para a constituição do direito real de garantia.....	1114
13.14.1.2. Os bens que podem ser dados como garantia.....	1115
13.14.1.3. Princípios dos direitos reais de garantia.....	1115

13.14.2.	O estudo do penhor.....	1118
13.14.2.1.	Espécies.....	1119
13.14.2.2.	Dos direitos do credor pignoratício	1122
13.14.2.3.	Das obrigações do credor pignoratício	1123
13.14.2.4.	Da extinção do penhor	1123
13.14.3.	Hipoteca	1124
13.14.3.1.	Características	1125
13.14.3.2.	Requisitos.....	1126
13.14.3.3.	Modalidades.....	1127
13.14.3.4.	A possibilidade da venda de um bem hipotecado	1130
13.14.3.5.	Pluralidade de hipotecas	1130
13.14.3.6.	A hipoteca e a necessidade de outorga conjugal.....	1135
13.14.3.7.	Direito de remição.....	1135
13.14.3.8.	A hipoteca para garantia de dívida futura ou con-	
	dicionada e extensão da hipoteca	1135
13.14.3.9.	A extinção da hipoteca.....	1139
13.14.4.	Anticrese	1142
13.14.4.1.	Modalidades de se executar a garantia anticrética... ..	1143
13.14.4.2.	Extinção da anticrese	1143
13.15.	Do Direito Real de Laje.....	1144
13.16.	Da imissão provisória na posse	1147
13.17.	Fluxograma 13.....	1150
13.17.1.	Fluxograma 13-A.....	1151
13.17.2.	Fluxograma 13-B.....	1154
13.17.3.	Fluxograma 13-C.....	1156
	Breve suma	1158

Capítulo 14 – Direito das Famílias 1161

14.1.	Sua visão constitucional.....	1161
14.2.	Princípios.....	1162
14.2.1.	De proteção à dignidade da pessoa humana.....	1162
14.2.2.	Princípio da solidariedade.....	1163
14.2.3.	Da igualdade entre os cônjuges e companheiros	1164
14.2.4.	Princípio da igualdade entre o homem e a mulher.....	1165
14.2.5.	Princípio da proibição de interferência	1166
14.2.6.	Princípio do melhor interesse da criança	1166
14.2.7.	Princípio da afetividade	1174
14.2.8.	Princípio da função social	1187
14.3.	O direito de família: direito público ou privado?.....	1188
14.4.	O conceito ampliado de família.....	1188

14.5.	O casamento.....	1199
14.5.1.	Natureza jurídica	1200
14.5.2.	Pressupostos	1200
14.5.3.	Da capacidade para o casamento	1201
14.5.4.	Causas impeditivas do matrimônio	1205
14.5.5.	Causas suspensivas do matrimônio.....	1207
14.5.6.	Esponsais.....	1208
14.5.7.	Habilitação para o casamento.....	1208
14.5.8.	Da celebração do casamento	1210
14.5.9.	Casamento nos casos de moléstia grave	1211
14.5.10.	O casamento nuncupativo (<i>in extremis vitae</i>).....	1211
14.5.11.	O casamento pode ocorrer por procuração?	1212
14.5.12.	Casamento religioso e seus efeitos civis.....	1212
14.5.13.	Casamento perante a autoridade consular.....	1213
14.5.14.	Invalidez do matrimônio	1214
14.5.15.	O casamento putativo	1221
14.5.16.	Das provas do casamento	1222
14.5.17.	Da eficácia do casamento	1223
14.5.18.	Regime de bens	1230
14.5.18.1.	Do pacto antenupcial.....	1233
14.5.18.2.	Da classificação dos regimes	1234
14.5.18.2.1.	Do regime da comunhão parcial de bens.....	1234
14.5.18.2.2.	Do regime de comunhão universal	1238
14.5.18.2.3.	Regime de participação final nos aquestos.....	1240
14.5.18.2.4.	Do regime da separação de bens.....	1241
14.5.19.	Da dissolução do casamento e da sociedade conjugal. Análise da Emenda Constitucional n. 66/10	1244
14.5.19.1.	Modalidades de separação (antes do advento da Emenda Constitucional n. 66/10).....	1245
14.5.19.2.	O divórcio	1248
14.6.	Da proteção da pessoa dos filhos.....	1269
14.7.	Da união estável	1284
14.7.1.	Os efeitos da união estável.....	1299
14.8.	Relações de parentesco.....	1308
14.8.1.	O parentesco.....	1308
14.8.2.	Filiação.....	1312
14.8.3.	Do reconhecimento dos filhos.....	1327
14.8.4.	Da adoção.....	1335
14.8.5.	Poder familiar	1354
14.8.5.1.	Do exercício do poder familiar	1355

14.8.5.2.	Da suspensão do poder familiar.....	1356
14.8.6.	Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores.....	1365
14.9.	Dos alimentos.....	1368
14.9.1.	Alimentos gravídicos.....	1372
14.9.2.	Requisitos para a prestação de alimentos.....	1376
14.10.	Do bem de família.....	1400
14.11.	Do direito assistencial: Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão	
	Apoiada.....	1406
14.11.1.	Da tutela.....	1406
14.11.2.	Da curatela.....	1413
14.11.2.1.	Da curatela do nascituro e do enfermo ou portador de deficiência física.....	1417
14.11.3.	Da Tomada de Decisão Apoiada.....	1417
14.12.	Alterações processuais no direito das famílias.....	1421
14.13.	Fluxograma 14.....	1423
	Breve suma.....	1428

Capítulo 15 – Do Direito das Sucessões..... 1431

15.1.	Introdução.....	1431
15.2.	Da herança e sua administração.....	1439
15.3.	Da vocação hereditária.....	1445
15.4.	Da aceitação e da renúncia da herança.....	1447
15.5.	Dos excluídos da sucessão.....	1451
15.6.	Da herança jacente.....	1456
15.7.	Da petição da herança.....	1458
15.8.	Da sucessão legítima.....	1460
15.8.1.	Da ordem da vocação hereditária.....	1460
15.8.1.1.	Dos herdeiros necessários.....	1474
15.8.1.2.	Direito de representação.....	1478
15.9.	Da sucessão testamentária.....	1480
15.9.1.	Da capacidade de testar.....	1483
15.9.2.	Do testamento.....	1484
15.9.2.1.	Características do testamento.....	1484
15.9.2.2.	Das formas ordinárias do testamento.....	1485
15.9.2.2.1.	Do testamento público.....	1487
15.9.2.2.2.	Do testamento cerrado.....	1487
15.9.2.2.3.	Do testamento particular ou hológrafo.....	1488
15.9.3.	Dos codicilos.....	1490
15.9.4.	Dos testamentos especiais.....	1491
15.9.4.1.	Do testamento marítimo e do aeronáutico.....	1491

15.9.4.2.	Do testamento militar	1491
15.9.5.	Das disposições testamentárias.....	1492
15.9.6.	Dos legados	1496
15.9.6.1.	Modalidades.....	1496
15.9.6.2.	Da responsabilidade pelo pagamento do legado	1497
15.9.6.3.	Da caducidade dos legados.....	1497
15.9.7.	Do direito de acrescer entre os herdeiros e legatários.....	1497
15.9.8.	Das substituições	1499
15.9.8.1.	Da substituição vulgar	1499
15.9.8.2.	Da substituição recíproca	1500
15.9.8.3.	Da substituição fideicomissária.....	1500
15.9.8.3.1.	Figurantes do fideicomisso.....	1500
15.9.9.	Da deserdação.....	1502
15.9.10.	Da redução das disposições testamentárias.....	1503
15.9.11.	Da revogação do testamento	1503
15.9.12.	Do rompimento do testamento.....	1504
15.9.13.	Do testamenteiro	1504
15.10.	Do inventário e da partilha.....	1506
15.10.1.	Conceito de inventário	1506
15.10.1.1.	O inventariante.....	1506
15.10.1.2.	Espécies de inventário.....	1507
15.10.1.3.	Legitimados.....	1516
15.10.2.	Dos sonegados	1517
15.10.3.	Do pagamento das dívidas	1518
15.10.4.	Da colação	1519
15.10.5.	Da partilha	1522
15.10.5.1.	Da anulação da partilha	1523
15.11.	Alterações processuais no direito das sucessões	1523
15.12.	Fluxograma 15.....	1527
	Breve suma	1531
	Bibliografia.....	1533